



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**SUPRAM ALTO SÃO FRANCISCO - Diretoria Regional de Regularização Ambiental**

Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM ASF-DRRA nº. 39/2020

Divinópolis, 14 de agosto de 2020.

<b>Parecer Único de Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS) nº 02114/2020</b>			
<b>Nº Documento do Parecer Único vinculado ao SEI: 1370.01.0033137/2020-11</b>			
<b>PROCESSO SLA Nº: 02114/2020</b>		<b>SITUAÇÃO:</b> Sugestão pelo Indeferimento	
<b>EMPREENDEDOR:</b>	Heleno Vilela Lima - ME	<b>CNPJ:</b>	12.616.817/0001-78
<b>EMPREENDIMENTO:</b>	Heleno Vilela Lima	<b>CNPJ:</b>	12.616.817/0001-78
<b>MUNICÍPIO:</b>	Conceição do Pará	<b>ZONA:</b>	Rural
<b>CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Não há incidência de critério locacional.</li></ul>			
<b>CÓDIGO:</b>	<b>ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):</b>	<b>CLASSE</b>	<b>CRITÉRIO LOCACIONAL</b>
A-03-01-8	Extração de Areia e cascalho para utilização imediata na construção civil.	3	0
<b>RESPONSÁVEL TÉCNICO:</b>		<b>REGISTRO:</b>	
Ana Paula Marinho		CRBio - 70644/04-D	
<b>AUTORIA DO PARECER</b>		<b>MATRÍCULA</b>	
Elizabeth Barretto de Menezes Lopes – Analista ambiental – Engenheira Agrônoma.		1148717-0	



Documento assinado eletronicamente por **Elizabeth Barreto de Menezes Lopes, Servidor(a) Público(a)**, em 14/08/2020, às 15:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **18257247** e o código CRC **438C5F56**.

**Referência:** Processo nº 1370.01.0033137/2020-11

SEI nº 18257247



### **Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 02114/2020**

O empreendimento Heleno Vilela Lima - ME (Dragagem Chupeta) atua no ramo de extração de areia e pretende exercer suas atividades no município de Conceição do Pará - MG. Em 23/06/2020 foi formalizado, nesta Supram-ASF, o processo administrativo de licenciamento ambiental simplificado, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

O empreendimento possui a capacidade máxima mensal instalada correspondente a 2.500m<sup>3</sup> de areia por mês, conforme consta no RAS. Assim, a produção bruta perfaz 30.000 m<sup>3</sup> de areia por ano e está inserido na Classe 3, conforme DN217/2017.

Detém o DNPM n. 832/529/2009 que se encontra em fase de Autorização de Pesquisa para Areia e Argila.

Trata-se de nova solicitação e não houve outro pedido de licenciamento ambiental anterior a 05/11/2019, conforme consta no Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA) do SISEMA/MG.

Não há incidência de critério locacional. Porém, há previsão de intervenção em Área de Preservação Permanente, considerando que a atividade deve ocorrer em área de preservação permanente.

A propriedade está localizada na zona rural do município de Conceição do Pará (Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000: 522606/7807513). Está matriculada sob n. 13.344, Livro 2-L-1, folhas 46, do Cartório de Registro de Imóveis (CRI) da Comarca de Pitangui. Neste registro consta também uma área de reserva legal gravada pelo IBDF, referente à 05,20,00 ha, cujo Termo se encontra arquivado no referido CRI, conforme consta na Certidão de Inteiro Teor, já mencionada. Não foi possível constatar a localização da área de reserva legal averbada e tampouco foi apresentado o Cadastro Ambiental Rural para propriedade rural, já que no RAS foi declarado que se trata de área urbana.

Porém, considerando a situação de o imóvel estar ainda estar caracterizado como rural no registro de imóveis, torna-se imprescindível a descaracterização do imóvel junto ao INCRA.

Em relação a autorização para intervenção em área de preservação permanente (APP), constatou-se a existência de uma Autorização do CODEMA do município de Conceição do Pará, assinada por Egídio Correa de Pádua, presidente do referido Conselho, onde consta a Autorização para Intervenção em Área de Preservação Permanente (APP) n. 01/2019. Tal documento não apresenta menção de parecer técnico e/ou jurídico. Não cita se haverá ou não supressão de vegetação nativa, nem se há vegetação no local, e/ou fitofisionomia da área, bem como uso do solo. Não foi apresentado responsável técnico e/ou jurídico por parecer ou outro documento técnico que embase esta Autorização.

Esta Autorização do CODEMA não se apresenta válida, considerando basicamente que a Lei Complementar n.140/2011 em seu Art. 13 dispõe que: "Os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, por um único ente federativo, em conformidade com as atribuições estabelecidas nos termos desta Lei Complementar". E ainda, § 2º: "A supressão de vegetação decorrente de licenciamentos ambientais é autorizada pelo ente federativo licenciador."



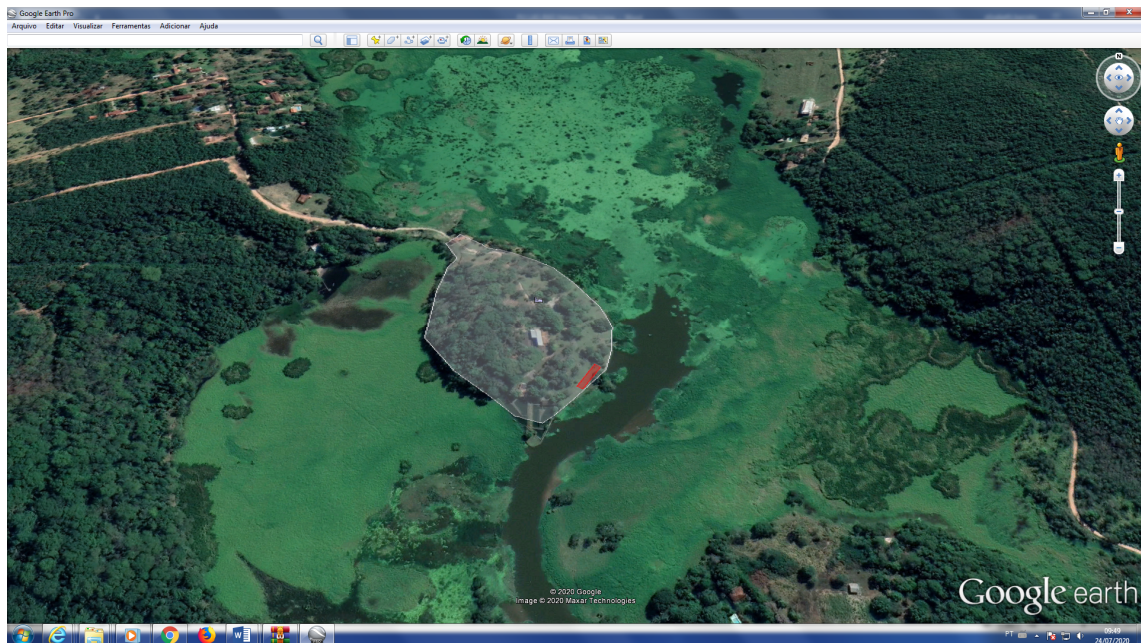
Há de se considerar, principalmente, a questão de o imóvel estar inserido, de acordo com a documentação citada e apresentada, em área rural, não descaracterizada pelo INCRA, com presença de área de reserva legal não identificada. Assim, entende-se que a competência para Autorização de Intervenção em Área de Preservação Permanente é do Órgão Ambiental Estadual.

A água a ser utilizada no empreendimento é proveniente de uma captação, cuja Portaria de Outorga foi deferida em 04/01/2020, validade de 10 anos, decorrente da renovação da Portaria n. 00408/2015, mediante PA n. 29884/2019.

Nestes termos, e de acordo com o Artigo 15 da DN 217/2017: "Para a formalização de processo de regularização ambiental deverão ser apresentados todos os documentos, projetos e estudos exigidos pelo órgão ambiental estadual." Parágrafo único: "O processo de LAS somente poderá ser formalizado após obtenção pelo empreendedor das autorizações para intervenções ambientais ou em recursos hídricos, quando cabíveis, que só produzirão efeitos de posse do LAS.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), da ausência de documento autorizativo para Intervenção em APP, emitido pelo órgão ambiental estadual, por se tratar de imóvel inserido na zona rural, sugere-se o Indeferimento da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento Heleno Vilela Lima ME (Dragagem Chupeta) para a atividade de Extração de Areia e Cascalho para utilização imediata na construção civil, no município de Conceição do Pará – MG.

O empreendimento não deverá operar a atividade de extração de areia, até obter a Licença, sob pena das sanções previstas nas Normas.



**Imagem 01:** Em vermelho observa-se a área de intervenção. Delimitado em branco observa-se o empreendimento.